



Prefeitura do Município de Piracicaba
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL
Procuradoria Jurídico-Administrativa



CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIRACICABA E A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS-UNICAMP, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE RELATIVO AO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO (TIPO III).

Data:

Prazo: 60 (sessenta).

Valor do repasse: R\$ 19.250,00 (Dezenove mil, duzentos e cinquenta reais) mensais.

Convênio nº 36/2019/SEMS.

Processo nº 107.359/2019.

Fundamento Legal: Lei Municipal nº 4.594, 17 de dezembro de 1998.

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA**, inscrita no CNPJ nº 46.341.038/0001-29, com sede à Rua Cap. Antônio Correa Barbosa, nº 2.233, na cidade de Piracicaba/SP, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **BARJAS NEGRI**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF nº 611.264.978-00 e portador do RG nº 5.125.223, doravante denominada, simplesmente, **CONVENIENTE** e, de outro lado, o **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**, autarquia estadual de regime especial, inscrita no CNPJ nº 46.068.425/0001-33, com sede na cidade universitária “Zeferino Vaz” Distrito de Barão Geraldo, na cidade de Campinas/SP, por intermédio da **FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE PIRACICABA**, instituição de caráter público, inscrita no CNPJ sob nº 46.068.425/0001-33, com sede à Avenida Limeira, nº 901, nesta cidade de Piracicaba/SP, neste ato representada pelo Reitor, Dr. **MARCELO KNOBEL**, brasileiro, inscrito no CPF nº 032.487.608-42 e portador do RG nº 33.066.155-03 SSP/SP, doravante denominada **CONVENIADO**, com fundamento na Lei Municipal nº 4.594, 17 de dezembro de 1998, , tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes, a Constituição Estadual, em especial os seus artigos 218 e seguintes, as Leis Federais nºs 8.080/90, 8.142/90 e 8.666/83 e suas alterações, bem como as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e considerando a Lei Municipal nº 4.594, de 17 de dezembro de 1998, RESOLVEM celebrar o presente **CONVÊNIO** de prestação de serviços de assistência à saúde do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO (TIPO III), mediante as seguintes cláusulas e condições:



Prefeitura do Município de Piracicaba
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL
Procuradoria Jurídico-Administrativa



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

1.1. O presente convênio tem por objeto a execução, pelo **CONVENENTE e CONVENIADO**, de serviços odontológicos a serem prestados no Centro de Especialidades Odontológicas – Tipo III (CEO TIPO III) a qualquer indivíduo que deles necessite, observada a sistemática de referência e contra-referência do Sistema Único de Saúde-SUS, sem prejuízo da observância do sistema regulador de urgências/emergências quando for o caso.

§ 1º - Os serviços a serem prestados pelo **CONVENENTE E CONVENIADO** obedecerão aos limites quantitativos constantes na Ficha de Programação Orçamentária – FPO, que integra o presente para todos os fins, respeitados os parâmetros definidos pelo **CONVENENTE**.

§ 2º - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme Plano de Saúde do município e serão ofertados com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

§ 3º - Os serviços ora contratados compreendem a utilização, pelos usuários do SUS/SP, da capacidade instalada do **CONVENIADO**, incluídos os equipamentos odontológicos, de modo que a utilização desses equipamentos para atender clientela particular, incluída a proveniente de convênios com Entidades Privadas será permitida desde que mantida a disponibilidade de sua utilização em favor da clientela universalizada em, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos serviços prestados.

§ 4º - Mediante Termo Aditivo e de acordo com a capacidade operacional do **CONVENIADO** e as necessidades do **CONVENENTE**, os **CONVENENTES** deverão reavaliar a capacidade instalada, após o que poderão fazer os acréscimos necessários aos valores deste contrato, em função das necessidades do **CONVENENTE** e desde que esses acréscimos respeitem o conceito de “rede de serviços”, não constituindo privilégios ou preferências sem motivação técnica, durante o período de sua vigência; incluídas as prorrogações, mediante justificativa aprovada pelo Secretário Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA e FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE PIRACICABA (FOP/UNICAMP)**, no antigo prédio da FOP, com sede na Rua D. Pedro II, nº 627, centro da cidade de Piracicaba/SP. Tais serviços serão realizados por sete cirurgiões dentistas da Prefeitura devidamente registrados no Conselho Regional e por alunos graduandos do último ano do curso de Odontologia sob a supervisão de docentes, de pós-graduandos da FOP/UNICAMP e de um cirurgião dentista da Prefeitura do Município de Piracicaba.

Parágrafo único – A eventual mudança de estabelecimento do **CONVENIADO** será imediatamente comunicada à **CONVENENTE**, que analisará a conveniência de manter os serviços ora **CONVENIADOS** em outro endereço, podendo a **CONVENENTE** rever as condições deste convênio e até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente. A mudança do responsável técnico também será comunicada à **CONVENENTE**.



Prefeitura do Município de Piracicaba
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL
Procuradoria Jurídico-Administrativa



CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS

3.1. Os serviços ora conveniados serão prestados diretamente por profissionais do **CONVENIENTE** e **CONVENIADO** e por profissionais que, não estando incluídos nas categorias referidas nos itens *a, b, c* dos § 1º e § 2º desta cláusula, são admitidos nas dependências do estabelecimento do convênio.

§ 1º - Para os efeitos deste convênio, consideram-se profissionais do **CONVENIENTE**:

- a) Cirurgiões dentistas e outros profissionais que tenham vínculo de emprego com o **CONVENIENTE**;
- b) O profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente presta serviços ao **CONVENIENTE** ou, se por este autorizado.

§ 2º- Para os efeitos deste convênio, consideram-se profissionais do **CONVENIADO**:

- a) o membro de seu corpo docente;
- b) o profissional que tenha vínculo de emprego com o **CONVENIADO**;
- c) alunos dos cursos de graduação, pós-graduação, extensão e estagiários.

§ 3º - O **CONVENIENTE** e o **CONVENIADO** não poderão cobrar do paciente ou seu acompanhante qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste convênio.

§ 4º – O **CONVENIENTE** e **CONVENIADO** responsabilizar-se-ão por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Convênio.

§ 5º – Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo **CONVENIENTE** sobre a execução do projeto deste convênio, os **CONVENIADOS** reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei nº 8.080/90 e a Lei Orgânica do Município de Piracicaba, ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificação dirigida ao **CONVENIADO**.

§ 6º – É de responsabilidade do **CONVENIENTE** a utilização de pessoal por ele contratado para a execução de objeto deste convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculos empregatícios, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o **CONVENIADO**, bem como é de responsabilidade do **CONVENIADO** a utilização de pessoal por ele contratado para a execução de objeto deste convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculos empregatícios, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o **CONVENIENTE**. Além disso, a prestação dos serviços ora **CONVENIADOS** não implica vínculo empregatício e nem de exclusividade de colaboração entre o **CONVENIENTE** e o **CONVENIADO**.

Convênio - PMP (SAÚDE) X UNICAMP/FOP – Processo nº 107.359/2019.

Página 3 de 11



Prefeitura do Município de Piracicaba
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL
Procuradoria Jurídico-Administrativa



§ 7º - Todas as metodologias e inovações técnicas, privilegiáveis ou não, obtidos em virtude da execução deste Convênio, ou de seus Termos Aditivos, ainda que indiretamente, terão suas propriedades definidas nos Termos Aditivos a serem celebrados.

§ 8º - Os **CONVENIENTES** se comprometem a manter sigilo com relação às informações obtidas no desenvolvimento dos objetivos do presente Convênio ou de seus Termos Aditivos, sendo vedada, sem autorização por escrito dos mesmos, sua divulgação a terceiros dos conhecimentos técnicos específicos adquiridos e outros dados particulares a eles referentes.

§ 9º - Exclui-se do vedado nesta Cláusula a divulgação de conhecimentos a técnicos, que, embora atinentes ao objetivo deste Convênio ou de seus Termos Aditivos, sejam utilizados em cursos regulares de graduação, pós-graduação ou extensão do **CONVENIADO**.

§ 10º - As disposições de sigilo constantes desta Cláusula não se aplicam quando qualquer informação, no todo ou em parte, se enquadrar nos seguintes casos:

- a) as partícipes, por escrito, anuírem o contrário;
- b) for comprovadamente e de forma legítima do conhecimento dos **CONVENIENTES** em data anterior à assinatura do presente Convênio ou de seus Termos Aditivos;
- c) que tenha caído em domínio público antes de sua divulgação, ou mesmo após, desde que não tenha qualquer culpa dos **CONVENIENTES**;
- d) que tenha recebido legitimamente de um terceiro que lícitamente não estava obrigado a confidencialidade;
- e) por determinação judicial e/ou governamental para conhecimento de informações, desde que notificada imediatamente a outra partícipe, previamente à liberação e sendo requerido segredo no seu trato judicial e/ou administrativo.

§ 11º - Os **CONVENIENTES** se comprometem a repassar aos seus servidores e empregados envolvidos no objetivo deste Convênio ou de seus Termos Aditivos as obrigações de sigilo aqui constantes.

§ 12º - O **CONVENIADO** fica exonerado da responsabilidade pelo não atendimento de paciente amparado pelo SUS, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento devido pelo Poder Público, ressalvada as situações de calamidade pública ou grave ameaça de ordem interna ou as situações de urgência e emergência.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Para o cumprimento do objeto deste convênio o **CONVENIADO** se obriga a oferecer ao **CONVENIENTE** toda a infraestrutura necessária ao atendimento do paciente. Infraestrutura compreende: o espaço físico (clínica odontológica e outros anexos), os equipamentos odontológicos em funcionamento, materiais de consumo necessários aos atendimentos, serviços para conservação e manutenção de equipamentos, pessoal de apoio e manutenção predial, além de telefonia, água, energia elétrica, vigilância, limpeza, monitoramento, jardinagem, limpeza de caixas de água, controle de pragas. Dessa forma, atendidas as necessidades do objeto do convênio é garantido ao **CONVENIADO** autonomia na



Prefeitura do Município de Piracicaba
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL
Procuradoria Jurídico-Administrativa



decisão quanto ao emprego dos recursos remanescentes conforme necessidade do **CONVENIADO**, desde que, sejam aplicados no objeto do presente convênio.

§ 1º - CONVENENTE se obriga a:

I – Cumprir a metas estabelecidas pela Portaria nº 600, de 23/03/2006, - ANEXO, com relação a produção mínima mensal;

II - Disponibilizar 07 (sete) cirurgiões-dentistas com carga horária de 20 horas semanais e um cirurgião dentista que supervisionará as atividades.

§ 2º - CONVENENTE e CONVENIADO se obrigam a:

I – Manter sempre atualizado o prontuário clínico dos pacientes e o arquivo, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, observando-se as execuções preventivas em lei;

II – Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III – Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

IV – Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio;

V – Afixar aviso, em local visível, de sua condição de prestador de serviços integrantes do SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

VI – Manter as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

VII – Sempre que solicitado, o **CONVENENTE** e o **CONVENIADO** ficam obrigados a fornecer ao paciente relatório de atendimento prestado;

VIII – **CONVENENTE** e **CONVENIADO** responsabilizam-se pela coordenação e execução do convênio.

§ 3º - O CONVENENTE e o CONVENIADO ficam obrigados a manter atualizados os prontuários e arquivos, pelo prazo estabelecido no item I do parágrafo anterior e fornecê-lo aos auditores, nos termos das Normas Técnicas de Auditoria adotada pelo Ministério da Saúde e do Código de Ética Odontológico.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL



Prefeitura do Município de Piracicaba
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL
Procuradoria Jurídico-Administrativa



5.1. O **CONVENIENTE** é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes por ele atendidos, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou prepostos, assim como essas responsabilidades se aplicam ao **CONVENIADO** quando o atendimento ocorre por ele.

§ 1º - A fiscalização ou acompanhamento da execução deste convênio pelos órgãos competentes do **CONVENIENTE**, através da Secretaria Municipal de Saúde, não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONVENIADO** nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos e demais legislação existente.

§ 2º - A responsabilidade de que se trata essa cláusula estende-se aos casos de danos causados por má prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1. O **CONVENIADO** receberá, mensalmente, do órgão responsável pelos pagamentos, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, a importância referente aos serviços prestados pelo Centro de Especialidades Odontológicas – CEO / Tipo III, de acordo com os valores unitários de cada procedimento, previsto na Tabela do SUS.

§ 1º - O **CONVENIADO** receberá, mensalmente, do órgão responsável pelos pagamentos, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, a importância **R\$ 19.250,00 (Dezenove mil, duzentos e cinquenta reais)** para execução do plano de trabalho previamente aprovado pelo **CONVENIENTE**. Cabe ressaltar que, durante a vigência deste instrumento, alterações no plano podem ser solicitadas pelo **CONVENIENTE** e **CONVENIADO** as quais serão avaliadas pela outra parte interessada, podendo ou não serem aprovadas.

§ 2º - Pelos serviços que não se enquadre no previsto na Tabela do SUS, o **CONVENIADO** receberá, mensalmente, do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com os valores unitários de cada procedimento, previsto na Tabela do SUS.

§ 3º - Os valores estipulados nesta cláusula serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. Os recursos à cobertura das despesas relativas à execução das atividades consignadas na Tabela do SUS, objeto do presente terão a seguinte classificação orçamentária:

2 400091-14712-10301001021970000-0205030009-33503905

§ 1º - O Ministério da Saúde / Fundo Nacional da Saúde é responsável pelo repasse ao Fundo Municipal de Saúde dos recursos do SUS referente à gestão plena do Município.

§ 2º - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações

Convênio - PMP (SAÚDE) X UNICAMP/FOP – Processo nº 107.359/2019.

Página 6 de 11



Prefeitura do Município de Piracicaba
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL
Procuradoria Jurídico-Administrativa



próprias, que forem aprovadas para os mesmos, no orçamento do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O preço estipulado neste convênio será pago da seguinte forma:

I – O CONVENIADO apresentará, mensalmente ao **CONVENENTE**, as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas referentes as aquisições e/ou contratações de forma a garantir o cumprimento do objeto do convênio, devendo estar acompanhados das certidões de regularidade fiscais atualizadas e vigentes (INSS, FGTS, CERTIDÃO DE DÉBITOS MUNICIPAIS e CNDT), emitidos em nome do **CONVENIADO** e devidamente identificados (carimbadas) com o número do convênio;

II – O CONVENENTE, por sua vez, revisará e processará as faturas e documentos recebidos do **CONVENIADO**, observando, para tanto, as diretrizes e normas emanadas pelos órgãos competentes do Fundo Municipal de Saúde;

III – Para fins de prova da data de apresentação das contas, observância dos prazos de pagamento será entregue ao **CONVENIADO** recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do **CONVENENTE**, com a posição do respectivo carimbo funcional;

IV – As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados ou pela conferência técnica e administrativa serão devolvidas ao **CONVENIADO** para as correções cabíveis devendo ser reapresentadas no prazo estabelecido. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível;

V – Ocorrendo, erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do **CONVENENTE**, este garantirá ao **CONVENIADO** o pagamento no prazo avençado neste convênio, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas, ficando o Fundo Municipal de Saúde exonerado do pagamento de multa e sanções financeiras;

VI – As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de avaliação e controle do SUS.

CLÁUSULA NONA – DA OBRIGAÇÃO GERAL

9.1. O não cumprimento, pelo Ministério da Saúde, da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores ajustados na gestão plena, não transfere para o **CONVENENTE** a obrigação de pagar os serviços ora contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde exonerando do pagamento de eventual excesso.



Prefeitura do Município de Piracicaba
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL
Procuradoria Jurídico-Administrativa



CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do presente Convênio será avaliada pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das CLÁUSULAS e condições estabelecidas neste convênio, a verificação do movimento dos atendimentos e de quaisquer outros dados necessários do controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

§ 2º - Anualmente, o **CONVENIENTE** vistoriará as instalações do **CONVENIADO** para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas do **CONVENIADO**, comprovadas por ocasião da assinatura deste convênio.

§ 3º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do **CONVENIADO** poderá ensejar a não prorrogação deste convênio ou a revisão das condições ora estipuladas.

§ 4º - A fiscalização exercida pelo **CONVENIENTE** sobre serviços ora CONVENIADOS não eximirá o **CONVENIADO** da sua plena responsabilidade perante o **CONVENIENTE**, ou para os pacientes e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

§ 5º - O **CONVENIADO** facilitará ao **CONVENIENTE** o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do **CONVENIENTE** designados para tal fim.

§ 6º - Em qualquer hipótese, é assegurado ao **CONVENIADO** amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e o direito à interposição de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A inobservância, pelo **CONVENIADO**, de CLÁUSULA ou obrigação constante deste contrato, ou dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o **CONVENIENTE**, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o disposto no §2º, do artigo 7º, da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.286/93, ou seja:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária dos serviços e/ou procedimentos;
- d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com Administração, enquanto

Convênio - PMP (SAÚDE) X UNICAMP/FOP – Processo nº 107.359/2019.

Página 8 de 11



Prefeitura do Município de Piracicaba
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL
Procuradoria Jurídico-Administrativa



perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida desde que ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e depois de o prazo da sanção mencionada no item C desta consulta.

§ 1º - A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada a avaliação da situação e circunstâncias objetivas em que ela ocorreu e dela será notificado o **CONVENIADO**.

§ 2º - As sanções previstas nas letras A, C, D e E desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a letra B.

§ 3º - Da aplicação das penalidades o **CONVENIADO** terá o prazo de 05 (cinco) dias para interpor recursos dirigidos ao Secretário da Saúde.

§ 4º - A suspensão temporária dos serviços contratados será determinada até que o **CONVENIADO** corrija a omissão ou a irregularidade específica no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 5º - O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado ao **CONVENIADO** e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos pelo **CONVENIENTE** ao **CONVENIADO**, garantindo a esse pleno direito de defesa em processo regular.

§ 6º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula, não elidirá o direito de o **CONVENIENTE** exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e ética do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MULTA

12.1. A inobservância, por parte do **CONVENIADO**, da cláusula ou obrigação constante deste convênio, ser-lhe-á aplicada, por ocorrência, a multa equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. A rescisão do convênio obedecerá às disposições dos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 1º - O **CONVENIADO** reconhece os direitos do **CONVENIENTE**, no que tange à rescisão administrativa prevista no § 1º, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º - Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 90 (noventa) dias para ocorrer a rescisão. Se, neste prazo, o **CONVENIADO** negligenciar a prestação ora conveniada, a multa poderá ser duplicada.



Prefeitura do Município de Piracicaba
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL
Procuradoria Jurídico-Administrativa



§ 3º - Poderá o **CONVENIADO** rescindir o presente convênio no caso de descumprimento, pelo Ministério da Saúde, ou pela Secretaria Municipal de Saúde, de suas obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos. Caberá ao **CONVENIADO** notificar o **CONVENENTE**, formalizando a rescisão e, motivadamente, informar o fim da prestação dos serviços contratados no prazo de 90 (noventa) dias a partir do recebimento da notificação.

§ 4º - Em caso de rescisão do presente convênio por parte do **CONVENENTE**, não caberá ao **CONVENIADO** o direito de qualquer indenização, salvo na hipótese do art. 79, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 5º - O presente convênio rescinde os contratos e convênios anteriormente celebrados entre o **CONVENENTE**, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde e o **CONVENIADO**, que tenham como objeto a prestação de serviços de assistência à saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

14.1. Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste convênio ou de sua rescisão, praticados pelo **CONVENENTE**, cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 1º - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde de rescindir o presente convênio cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 2º - Sobre o pedido de reconsideração, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

15.1. O prazo de vigência do presente convênio será de 60 (sessenta) meses, contado início a partir da data de assinatura deste convênio por ambas as partes. O plano de trabalho deverá ser refeito a cada 12 (doze) meses e somente passa a vigorar após aprovação em todas instâncias devidas.

Parágrafo único – A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitado o prazo de vigência do convênio, estipulado no “caput” desta cláusula, fica condicionado à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento do Ministério da Saúde e repasse ao Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Qualquer alteração do presente convênio será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente à licitação e contratos administrativos.



Prefeitura do Município de Piracicaba
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL
Procuradoria Jurídico-Administrativa



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. O presente convênio será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Piracicaba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente convênio que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justa e acertadas, firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Piracicaba, ____ de _____ de 20__.

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

MARCELO KNOBEL
Universidade Estadual de Campinas
Reitor

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Haiter Neto, DIRETOR DE UNIDADE UNIVERSITÁRIA**, em 23/01/2020, às 16:44 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://servicos.sigad.unicamp.br/sigad-webapp-public/verificar_documento/, informando o código verificador:
9C432CB7 4ADE4FF2 A2983450 8EE074A0



Documento assinado eletronicamente com emprego de certificado digital emitido no âmbito do ICP-Brasil por **MARCELO KNOBEL, REITOR**, em 19/03/2020, às 14:28 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por **Barjas Negri, PREFEITO MUNICIPAL**, em 31/03/2020, às 12:53 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://servicos.sigad.unicamp.br/sigad-webapp-public/verificar_documento/, informando o código verificador:
D1B1F876 3D4B49FC B1A33B92 7DA93418

